

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 22 - N.º 2 - JUL./ DEZ. 2002

UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO: UMA INDAGAÇÃO TEÓRICA

*Lyz Elizabeth Amorim Melo Duarte**

1. Introdução

A agricultura familiar constitui importante segmento das unidades rurais no Brasil. Em trabalho publicado em 1980, que trata da questão política no campo brasileiro, enfocando o envolvimento de lavradores em situações de conflito, José de Souza Martins fornece dados acerca da presença do trabalhador de base familiar, no Brasil.

Uma grande massa de lavradores que conta exclusivamente com o trabalho da família... corresponde a mais de 70% das unidades de produção existentes... Em 1970 havia mais de 14 milhões de trabalhadores nessas condições, além de 200 mil indígenas, contados recentemente pelo CIMI¹.

Trabalhos mais recentes mostram a persistência das unidades familiares. Dados da FAO/INCRA (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária),² de 1996, constataam que, dos 5.801.809 estabelecimentos agropecuários brasileiros, 4.330.053 são do tipo familiar.³

Unidades que tem a família na direção, organização e execução dos trabalhos tem presença importante também nos países mais desenvolvidos.

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG. Mestre em Sociologia Rural, pela Unicamp e Doutora em História Econômica, pela USP – E-mail: lyzelizabeth@hotmail.com.

¹ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980. p. 11

² FAO/INCRA. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil*: dossiê estatístico, agosto de 1996.

³ Os dados da FAO/INCRA baseiam-se nos seguintes critérios para o estabelecimento das unidades familiares: “a – que a direção dos trabalhos fosse exercida pelo produtor; b – que na unidade de produção não fossem feitas despesas com serviços de empreitada; c – que o estabelecimento não utilizasse empregados permanentes e que o número médio de empregados temporários fosse menor ou igual a quatro ou que o estabelecimento admitisse um empregado permanente e que o número médio de empregados temporários fosse menor ou igual a três; d – que a área total do estabelecimento fosse menor ou igual a quinhentos hectares nas regiões Sudeste e Sul e mil hectares nas outras regiões.” Dados citados em: CAUME, David José. *A Agricultura Familiar no Estado de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 11. Coleção Quiron.

... é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras das nações mais desenvolvidas⁴.

Constituída a partir de propriedades médias e pequenas, a produção familiar ocupa pouca terra se comparada à totalidade dos estabelecimentos rurais no Brasil.

Confirmando um quadro de extrema concentração da propriedade fundiária no Brasil, os dossiês estatísticos da FAO/INCRA indicam que, apesar de constituir a imensa maioria dos estabelecimentos no país (74,8%), as unidades familiares detêm somente 22,2% da área total⁵.

Mesmo ocupando área reduzida, os dados da FAO/INCRA mostram que a agricultura familiar tem importante papel na manutenção do pessoal ocupado na agricultura, sendo responsável por 59,5% do total.

Movimentos sociais no campo tem recrudescido no Brasil, nos últimos anos, suscitando ações do Estado, no sentido de implementar projetos de assentamentos rurais. A presença constante, na mídia, das questões relativas à ocupação de terras, muitas vezes tratadas como “invasão à propriedade”, tem provocado o interesse de pesquisadores que têm se debatido sobre a questão e produzido inúmeros trabalhos sobre o tema. O espaço agrário e os processos sociais nele desenvolvidos têm sido objeto de numerosos estudos.

Uma das questões diz respeito à diversidade de características que a produção familiar na agricultura apresenta. Podemos encontrar unidades de produção fortemente integradas ao mercado ou, em outro extremo, aquelas voltadas para uma economia de subsistência, comercializando apenas o excedente.

Essa produção familiar contemporânea apresenta uma complexidade e diversidade cuja percepção é fundamental para se compreender a

⁴ ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. SP, RJ, Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992. p. 19. Série Estudos Rurais.

⁵ CAUME. *op. cit.* p. 12.

multiplicidade de seus interesses e necessidades. O desafio de se pensar políticas públicas para o setor, por exemplo, depende dessa compreensão.

As concepções estabelecidas acerca das unidades familiares é que proporcionam a visualização das mesmas, enquanto objeto de estudo. E este objeto é resultante de uma construção racional do pesquisador. A ciência constitui apenas um dos possíveis formuladores de uma compreensão sobre o tema. O agente da produção familiar tem uma construção teórica de si mesmo, o mesmo ocorrendo, por exemplo, com entidades mediadoras ou com agências governamentais que estabelecem caracterizações que respondem às suas preocupações com relação ao tema.

É possível formular concepções gerais que nos aproximem do objeto. Elas são necessárias para um princípio de investigação de tema. Nesse sentido, podemos tomar a concepção de Lamarche como ponto de partida.

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra, necessariamente, noções mais abstratas e complexas tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração⁶.

Entretanto, se a tentativa homogeneizadora nos remete ao objeto a ser analisado, ela não desvenda a heterogeneidade nele contida.

O próprio Lamarche, imediatamente após estabelecer esta definição ampla, considera exploração familiar como uma noção ambígua onde a multiplicidade de termos que identificam os agentes sociais nela envolvidos: produtor, explorador agrícola, explorador familiar, cultivador, camponês, agricultor, cultivador da terra, chefe do empreendimento etc. revelam a complexidade do objeto.

Uma constatação que hoje revela uma certa unanimidade é a de que “se toda exploração camponesa é familiar... nem todas as explorações familiares são camponesas.”⁷

⁶ LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A Agricultura Familiar: comparação internacional*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 15.

⁷ LAMARCHE. *op. cit.* p. 16.

Este é, a meu ver, um importante ponto de partida para permitir uma reflexão sobre o tema.

A reconstrução teórica das formulações elaboradas acerca dessas unidades de base familiar pode ser um interessante caminho para uma melhor compreensão da complexidade desse objeto.

Este trabalho pretende retomar a construção teórica do “campesinato”, enquanto um conceito paradigmático na teorização da produção familiar, e verificar a sua adequação para a realidade que essa produção apresenta hoje.

Interessa-nos desvendar as formas de ocupação da terra e os fatores que levam o homem a se instalar e/ou permanecer no meio rural. Busca-se a compreensão do modo de produção que este segmento social desenvolve para garantir a sobrevivência.

2. Uma aproximação do objeto de estudos: A diversidade contida no objeto

A agricultura de base familiar no Brasil apresenta situações bastante diferenciadas. Regiões de predomínio de posses, áreas fracamente integradas aos mercados consumidores, regiões de fronteiras geralmente estão voltados para uma produção de subsistência com o predomínio de culturas tradicionais.

Entretanto, transformações significativas tem marcado o campo brasileiro, a partir de meados dos anos 80 do século XX. Uma nova conformação do meio rural tem se configurado, alterando significativamente os grupos de atividades que são desenvolvidos no seu interior. Longe de ser um processo exclusivo e peculiar de nossa realidade, essa tendência pode ser observada em vários outros países.

Face a essas transformações, estudos recentes referem-se a um “novo rural brasileiro”, procurando captar as suas especificidades.

José Graziano da Silva propõe que três grandes grupos de atividades componham essa nova configuração.

“A – Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias.

B – Um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.

C – Um conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado.”⁸

Conceitos como o de pluriatividade ⁹ ajudam a explicar essa nova realidade na qual as atividades agrícolas tradicionais têm perdido espaço e expressão enquanto uma gama de alternativas de emprego e de renda tem proliferado no meio rural. Pequenos negócios agropecuários como piscicultura, horticultura, criação de pequenos animais, fruticulturas etc. têm se desenvolvido e ajudado a criar verdadeiras cadeias produtivas.

Fontes de rendas diversas como aposentadorias e pensões têm constituído importantes fatores de sobrevivência e permanência de famílias no meio rural.

A maioria desses micro-empresendimentos não passam, na verdade, de residências rurais e/ou famílias que se dedicam, fundamentalmente, à sua própria subsistência. Isso sugere que boa parte dessas famílias de conta própria, antes predominantemente agrícolas, estão utilizando suas terras mais como um local de moradia complementando ou não com uma produção voltada mais para o autoconsumo e buscando ocupações alternativas fora da propriedade para seus membros (especialmente as mulheres e os mais jovens), deixando a gestão do que restou do estabelecimento agropecuário ao pai ou a algum filho mais velho¹⁰.

Baseando-se em estudos de Delgado e Cardoso Jr.,¹¹ José Graziano da Silva afirma que se assiste na década de 90 a uma “relativa estagnação do *agrobusiness* brasileiro... com uma concomitante ampliação do setor de economia familiar.”¹²

⁸ SILVA, José Graziano da; DEL GROSS, Mauro E. *O Novo Rural Brasileiro: uma atualização para 1992-98.* Texto preparado para o III Encontro de Jovens Agricultores Cooperativista a Caminho da Sustentabilidade – III EJACC. p. 1-13.

⁹ Refere-se à “múltipla inserção dos membros de uma mesma família no mercado de trabalho”. SILVA. *op. cit.* p. 5.

¹⁰ SILVA. *op. cit.* p. 10.

¹¹ DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. *Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil.* Brasília, IPEA (Projeto Avaliação Sócio-Econômica da Previdência Social Rural), 2000. mimeo.

¹² SILVA. *op. cit.* p. 10.

As unidades familiares estariam se afastando das atividades tradicionais e transformando-se em um *locus* de moradia, com pequena produção para o autoconsumo e ocupação alternativa fora da propriedade. A gestão da propriedade ficaria a cargo do pai ou de um filho. Nesse caso, a gestão da propriedade escapa da ação da família para estar no encargo apenas de um dos seus membros.

A realidade constatada por Graziano da Silva não exclui situações completamente diferentes. Regiões de fronteiras, no Brasil, áreas de populações com precário acesso à terra, na forma de posseiros, regiões muito afastadas ou apresentando uma fraca articulação com o mercado podem apresentar características bem distintas.

Em todos os casos, a indagação acerca dos agentes que compõem essas unidades familiares, permanece.

Uma questão que se coloca é se situações tão diferenciadas podem apresentar traços em comum, além do fato de constituírem propriedades de base familiar.

Quando se procura perceber a inserção social dos agentes que compõem as unidades familiares, depara-se com uma problemática que deriva do fato de que elas não constituem categorias do capitalismo. Não há espaço, em um campo de teorização sobre as relações capitalistas, concebidas dentro do Marxismo, para esse segmento social.

3. Uma tentativa de reconstrução Teórica do Campesinato

Os termos camponês e campesinato são facilmente encontrados em trabalhos que tratam de processos sociais agrários. Entretanto, nem sempre há identidade nas realidades nomeadas por estes conceitos.

Com relação à sua utilização no Brasil, é um vocábulo importado de outras realidades, mas que foi incorporado e amplamente utilizado não só nos meios acadêmicos mas também em organizações políticas e movimentos sociais.¹³

¹³ “As palavras camponês e campesinato são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas (o trabalho foi publicado em primeira edição, em 1981) procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinqüenta.” MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 21.

Se o termo camponês foi importado, as realidades por ele designadas não sofreram transformações a partir da mudança na sua nomeação. Moradores da zona rural, nas diferentes regiões, passaram a ser denominados genericamente de camponeses. Os antigos nomes foram perdendo o uso: caipira, de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul; tabaréu, do Nordeste do Brasil; caboclo, utilizado em São Paulo para referir-se ao mestiço do branco com o índio e no Norte e Centro-Oeste, para distinguir o pagão do cristão.

Para José de Souza Martins, o desuso desses termos ocorria paralelo ao crescimento das lutas políticas e ao aumento da participação da figura de camponeses no debate político.

O uso dos termos camponês e campesinato foram generalizados e possuem um alcance conceptual muito significativo.

Entretanto, um exame cuidadoso do conceito aponta as limitações do seu alcance. E não se trata apenas de uma questão semântica. A complexidade existente nas especificações das unidades de base familiar ficam camufladas a partir da utilização de um termo que equaliza realidades diferentes. As implicações podem-se estender de equívocos teóricos a implicações práticas, por exemplo, no estabelecimento de políticas públicas sem um conhecimento suficiente da realidade enfocada.

3. 1. Fundamentos Teóricos do Campesinato

Quando se procura perceber a inserção social do campesinato, enquanto agente de processos sociais agrários, depara-se com uma problemática que deriva do fato de que ele não constitui uma categoria do capitalismo. Não há espaço, em um campo de teorização sobre as relações capitalistas no campo, concebidas dentro do Marxismo, para esse segmento social.

O campesinato não constitui uma das classes fundamentais do sistema capitalista mas uma classe intermediária e isso porque detém os meios de produção enquanto é mão-de-obra. É formada de trabalhadores que ainda possuem seus meios e instrumentos de trabalho, pelo menos em parte.

Existe toda uma controvérsia sobre o futuro dessa propriedade no sistema capitalista. Se a tendência é o desaparecimento do camponês como classe e sua conseqüente proletarização ou se ela sobrevive, mesmo após a

instalação do capitalismo e é de alguma forma explorada por outros setores da sociedade.

Uma das hipóteses possíveis, o desaparecimento seria em decorrência de uma excessiva fragmentação, o que a tornaria inviável, mesmo para a sobrevivência da família camponesa.

Por outro lado, por ser um tipo de propriedade que não visa ao lucro, mas apenas à sobrevivência e à reprodução simples dos meios de trabalho, ela teria maiores condições de sobreviver às vicissitudes tanto de ordem natural como de ordem econômica.

Diversos autores que analisaram a questão mostram tendências diferentes na agricultura e isso em parte se explica pelo estágio em que ela se encontra.

3. 1. 1. A Concepção Marxista de Camponês

Estudos deixados por Karl Marx que incidem principalmente sobre a Inglaterra mostram que, à medida que avança o sistema capitalista, a propriedade camponesa tende a desaparecer, sendo substituída pela exploração capitalista, já dominada pelo capital a qual visa ao lucro e à sua reprodução.¹⁴

Em “A Acumulação Primitiva”, Marx constata que a relação capitalista supõe a separação entre os operários e a propriedade, nas condições de realização do seu trabalho. E desde que a produção capitalista se torne independente, a tendência é não apenas produzir mas reproduzir essa dissociação em escala cada vez maior.

A estrutura econômica da sociedade capitalista origina-se da estrutura econômica da sociedade feudal. Foi justamente a dissolução desta que gerou os elementos necessários à constituição do capitalismo. O antigo servo não poderia dispor de sua pessoa para se transformar em operário, no novo sistema, se ainda estivesse ligado à terra e ao seu senhor. Esses laços serviriam de ser superados para que se estabelecesse outro modo de produção.

¹⁴ Marx trata especificamente da questão em MARX, Karl. “A Gênese da Renda Fundiária” in *O Capital*. Livro 3. Volume 6. Civ. Bras. RJ. Analisa a questão do campesinato também em “A Acumulação Primitiva” in *O Capital*. Livro 1. Volume 3. Capítulo XXIV e em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*.

A separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho foi condição para a instalação do novo sistema.

Marx mostra que, na Inglaterra, este foi em longo e doloroso processo, que teve seus primeiros sintomas no final do século XV e início do XVI e que só foi concluído no século XIX. Dentro deste processo, o campesinato foi, gradativamente, destruído, sendo suas terras transformadas em campos de caça, áreas de pastagem ou de plantações. A grande maioria dos camponeses se transformou em assalariados – urbanos ou rurais – enquanto uma parte ínfima se juntou à classe dos arrendatários.

Uma importante contribuição de Marx acerca do assunto foi a caracterização da propriedade camponesa, da sociedade mais ampla na qual ela está inserida e uma análise detalhada das causas da sua ruína.

No texto “Parceria e Propriedade Camponesa”, Marx analisa as características da exploração camponesa, as quais serão resumidas em seguida.

1. O camponês é o proprietário da terra. Esta é o seu principal instrumento de produção.
2. O produto desse tipo de propriedade destina-se, em grande parte, à subsistência imediata do agricultor e de sua família e só uma pequena parte se destina ao mercado.
3. Essa propriedade parcelária é complementada pela propriedade comum, onde se desenvolve a criação de gado.
4. Desenvolve-se nela a indústria camponesa doméstica.
5. O camponês não paga o arrendamento, logo a renda não aparece como forma particular de mais valia.
6. Essa forma de propriedade já pressupõe a renda diferencial, mesmo onde não se gerou um preço geral de mercado, aparecendo esta no produto excedente suplementar, ficando nas mãos do camponês que trabalha em condições naturais mais favoráveis.
7. Admite-se que não existe a renda absoluta, que o pior terreno não paga renda pois esta supõe que, além do preço de produção, se realize um excedente do valor do produto ou que o preço de monopólio ultrapasse o valor do produto, o que não ocorre nesse tipo de produção camponesa. Considerando que esta agricultura se destine em grande parte à subsistência e que a terra é indispensável campo de atividade para a maioria da população, dificilmente o preço regulador de mercado do produto atingirá condições excepcionais.

8. O limite absoluto para esse pequeno proprietário é o salário que paga a si mesmo, após deduzir os custos propriamente ditos. Assim, o lucro médio do capital não o limita nem há necessidade de uma renda, salvo nos casos em que, mediante a compra ou hipoteca da terra, ele tiver de pagar juro a uma terceira pessoa. Neste caso, a renda será retirada do trabalho excedente do camponês.
9. A propriedade parcelária livre é a forma normal da propriedade fundiária e é através dela que o trabalhador apropria-se do próprio trabalho.

Marx analisa, também, as características da sociedade na qual se encontra inserida a propriedade camponesa, como forma predominante no campo.

1. Onde o capitalismo, embora reine no resto da economia, é pouco desenvolvido.
2. A pequena propriedade é a base econômica da sociedade.
3. A maior parte da população é rural. Predomina o trabalho isolado e não o social.
4. A formação de capital é débil, se se considera que o camponês é a base da nação.
5. Os setores não agrícolas têm também uma baixa composição de capital. Inexiste um avanço tecnológico que utilize grande quantidade de capital constante.
6. A terra tem um preço muito elevado, em virtude de ser o principal instrumento de produção.

Essa sociedade não tem o capitalismo plenamente desenvolvido. E Marx mostra que, paralelamente ao desenvolvimento desse sistema, ocorre a ruína da propriedade camponesa.

1. O desenvolvimento da grande indústria extermina a indústria camponesa doméstica. O camponês é obrigado a adquirir quase tudo o que necessita, no mercado. Destruindo a indústria doméstica, destrói-se o equilíbrio dessa sociedade.
2. O fato do proprietário ter de pagar a terra desembolsando capital para a sua compra resulta que ele desfaça de um capital que poderia fazer a terra produzir. A sociedade, na qual a propriedade camponesa está inserida, é pouco capitalizada; o

que faz com que os juros do capital emprestado sejam muito elevados. Assim, a usura e o sistema tributário arruinam o camponês.

3. Ocorre um progressivo empobrecimento e esgotamento do solo. Sem capital, o pequeno produtor não adquire adubos, corretivos etc., para recuperá-lo.
4. Há a concorrência da agricultura em grande escala, das empresas capitalistas ou das plantações coloniais.
5. Melhoramentos introduzidos na agricultura contribuem para baixar os preços dos produtos agrícolas. Ocorre que os camponeses dificilmente têm acesso a esses melhoramentos, principalmente a maquinaria, só utilizável em grandes propriedades.
6. Finalmente, a própria natureza da propriedade parcelária exclui o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, a pecuária em grande escala, a concentração social de capitais, a aplicação progressiva da ciência etc.

Marx mostra que, na Inglaterra, o tempo de dominância da pequena propriedade camponesa é o período de transição do feudalismo para o capitalismo. As leis de desenvolvimento do capitalismo incidem sobre esta pequena propriedade, tornando-a inviável. A luta do pequeno camponês para tornar-se independente é uma luta contra o próprio sistema. Ele busca a independência na propriedade da terra, mas no sistema capitalista quem tem a independência é o capitalista.

3. 1. 2. As concepções de Kautsky acerca do Campesinato

Karl Kautsky, ainda que teoricamente marxista, analisando a questão agrária na Alemanha, na segunda metade do século XIX, não chega necessariamente às mesmas conclusões de Marx, apesar de apontar também para uma possível superação do campesinato. Considera o campesinato – a classe dos camponeses – como uma camada intermediária na sociedade capitalista, resquício de modos de produção anteriores, constituindo parte considerável dos Estados europeus, ainda na época analisada por ele. O campesinato foi tratado por Kautsky como uma “força misteriosa”, reservando surpresas aos partidos revolucionários que tentavam penetrar no campo.

Em sua obra *A Questão Agrária*,¹⁵ escrita no final do século XIX está implícita a indagação acerca da forma superior da agricultura, da tendência da agricultura no sentido da grande ou da pequena exploração e da atitude que se deve tomar frente a ela, o movimento político. Ele é cauteloso ao fazer a comparação e afirma, citando Sombart:

Devo falar com as partículas “se” e “mas”, porque até agora, ao que eu saiba, não se pode estabelecer com segurança, qual é a tendência evolutiva da agricultura nem qual a mais alta forma de exploração ou mesmo se há uma forma superior de exploração na produção rural¹⁶.

Reconhece, Kautsky, que o desenvolvimento do capitalismo provoca alterações na propriedade camponesa. Mostra que na Idade Média a família camponesa, economicamente, bastava a si mesma, no sentido de que praticava uma agricultura de subsistência e tinha uma indústria rudimentar, com a qual fabricava seus tecidos, ferramentas necessárias etc. O que vendia de sua produção era o excedente e comprava apenas o supérfluo. Como possuía os meios de sobrevivência, meios e instrumentos de trabalho, esta sociedade formada por camponeses tinha condições, por si mesma, de se reproduzir. Mas as transformações que marcaram a passagem do feudalismo para o capitalismo, se não culminaram com o desaparecimento da família camponesa, provocaram nela profundas alterações.

O ponto inicial desta revolução foi a dissolução da pequena indústria camponesa, pelo desenvolvimento da indústria urbana e do comércio. Inicia-se este processo ainda na Idade Média, quando se formam as Corporações Medievais. Estas, porém, tem pequena penetração no campo, atingindo apenas as cidades e seus arredores. Somente a indústria capitalista tem condições de eliminar a camponesa, penetrando no campo através do progresso das comunicações.

A indústria urbana passa a fabricar o instrumento necessário ao pequeno produtor tanto no cultivo da terra como no uso pessoal. Advém, ao

¹⁵ KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Tradução de C. Iperoiç. Rio de Janeiro: Laemmert S.A., 1968.

¹⁶ SOMBART, W. *Sozialismus und Soziale Bewegung im 19 Jahrhundert*. Citado em KAUTSKY, K. *op. cit.* p. 23.

camponês, a necessidade do dinheiro para cobrir gastos e para pagar as obrigações servis que gradativamente mudam de forma, de prestação em gêneros para prestação monetária. O camponês tem que transformar a sua produção em mercadoria, vendendo-a no mercado. O produto da indústria doméstica não tem condições de concorrer com o da urbana, ao contrário, é destruído por ela. A única mercadoria que lhe sobra para vender no mercado é o produto agrícola. Surge, nessa época, o “agricultor puro”, que não existia antes.

Quando cai na dependência do mercado, o camponês fica vulnerável e as oscilações de preços o atingem. Nos anos de más colheitas ou de produção em excesso, ele cai nas mãos de usurários.

As mudanças penetram na aldeia, no próprio lar do camponês, destruindo a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses.

Fazendo uma comparação, Kautsky considera que a grande exploração é superior à pequena, principalmente do ponto de vista técnico devido à possibilidade do emprego de maquinaria e da realização da divisão de trabalho. A pequena exploração, por sua vez, apresenta excesso de trabalho e insuficiência de consumo. A família camponesa estaria condenada a um trabalho forçado e a péssimas condições de vida. A sua avareza seria resultado da miséria e do apego ao pouco que possui. A sua sobrevivência não seria sinônimo de eficiência mas da superexploração a que está sujeita.

Kautsky mostra que a instalação de cooperativas poderia trazer vantagens aos pequenos produtores, mas são os grandes proprietários os que têm maiores possibilidades de usufruírem das vantagens do cooperativismo.

A tendência é a dominação do campo pela cidade, do desenvolvimento agrícola pelo industrial. O próprio campo se industrializa e, nesse movimento, é a grande propriedade quem tem maior resistência, inclusive maiores condições de se industrializar.

O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais, e econômicas à disposição dos

capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria...¹⁷.

3. 1. 3. Uma proposta de análise do campesinato: A Teoria de Chayanov

Contrariando as teses marxistas que previam apenas a superação do campesinato, Alexander Chayanov considera que a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo. Nesse sentido, procura perceber nessa forma de produção uma racionalidade própria, diferente da capitalista. Considera que o campesinato existe por responder a uma necessidade social e que é possível demonstrar as leis do seu funcionamento. O campesinato constituiria o mais antigo modo de produção.

As unidades de produção destes lavradores, as quais chamamos unidades camponesas, são de base familiar. Todo o trabalho que garante a sobrevivência é executado pela família e só, eventualmente, a mão-de-obra de terceiros é utilizada, na forma de assalariamento.

O acesso à terra e aos meios de produção é condição fundamental para a reprodução deste campesinato.

Com efeito, a organização interna da produção camponesa está baseada em dois elementos fundamentais, a saber: o caráter familiar da força de trabalho e o acesso “à terra e aos meios necessários à produção”¹⁸.

A unidade familiar inicia e desenvolve um processo de produção a partir de motivações muito específicas. Possui também uma concepção própria de lucratividade e não poderia ser explicada unicamente a partir de categorias capitalistas.

A família camponesa, ao final de um ano de trabalho, tem como resultado uma quantia de produtos que, depois de comercializada, representa o produto bruto da unidade de produção. Deste total se deduz o correspondente aos gastos efetuados com a produção, ao longo do ano, restando o produto do seu trabalho.

¹⁷ ABRAMOVAY, R. *op. cit.* p. 46/47.

¹⁸ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Trajatória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão na Região de Campinas, São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1988. p. 11. (Cadernos IFCH – UNICAMP, 19).

Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente¹⁹.

O resultado da produção da unidade familiar é um rendimento indivisível. A categoria salário está ausente e a mais-valia não aparece como motor da produção, impossibilitando o cálculo do lucro líquido. Não há como separar em parcelas autônomas, o salário, o lucro e a renda da terra.

As categorias econômicas, que dão sustentação à teoria econômica da sociedade capitalista moderna estão vinculadas entre si, determinam-se umas às outras e são funcionalmente interdependentes. Desta forma, "... na ausência de qualquer dessas categorias econômicas, todas as demais perdem o seu conteúdo conceitual e nem sequer podem ser definidos quantitativamente."²⁰

Torna-se impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro a essas unidades familiares de produção. Os princípios gerais de funcionamento interno diferenciam a unidade de produção camponesa da unidade de produção capitalista, ou seja, a magnitude da produção efetuada pela família camponesa não é determinada pelo lucro capitalista, mas por outras motivações que lhe são específicas.

Os fatores determinantes para a realização do trabalho durante o ano serão, principalmente, o tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de membros em idade de trabalhar, a produtividade da unidade de trabalho, o grau de esforço e o grau de auto-exploração.

Internamente a família se organiza sob a direção do chefe, o qual distribui as tarefas de acordo com as necessidades. A lógica que orienta a produção está voltada para os interesses da família. O grau de auto-exploração será determinado por um cálculo realizado pela família, considerando-se, de um lado, a satisfação da demanda familiar e, de outro lado, a penosidade do trabalho. "O produtor efetua o que ele chama um balanço entre o trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a

¹⁹ CHAYANOV, Alexander V. "Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas". In SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 138.

²⁰ *Id. Ibid.*, p. 136.

realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família.”²¹

A quantidade de trabalho será aumentada até atingir um ponto de equilíbrio entre esses elementos considerados. Além desse ponto, a penosidade do trabalho torna-se insuportável.

O ponto de equilíbrio é variável e sofrerá interferências:

– internamente, de fatores ligados à família, tais como composição, necessidades, as quais determinam o consumo e também os fatores relacionados à produção.

– externamente, da situação do mercado, da localização em relação ao mercado etc.

A família camponesa almeja ao mais elevado nível de bem-estar possível. Para atingi-lo ela procura utilizar as condições naturais e a situação de mercado. Irá aplicar o seu trabalho de modo a conseguir o maior rendimento possível por unidade de trabalho. “A família que explora a unidade utiliza, dentro de suas possibilidades, todas as oportunidades de sua posição natural e histórica e da situação de mercado, na qual existe.”²²

A economia camponesa apresenta uma heterogeneidade quanto à composição das unidades de exploração. Em toda região onde o campesinato predomina estão presentes empresas agrícolas pequenas, médias e relativamente grandes.

Esta heterogeneidade do campesinato é melhor explicada pela diferenciação demográfica do que pela diferenciação social, esta traduzida em uma progressiva concentração da produção em unidades camponesas, que preparam o terreno à proletarianização de camponeses médios e pequenos. A diferenciação demográfica, por outro lado, decorre de fatores ligados à composição da família, a qual determina, em cada momento considerado, a capacidade da força de trabalho de que a unidade dispõe e a necessidade de

²¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Em Busca da Modernidade Social*. Uma Homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: UNICAMP, 1989. p. 5. (Texto apresentado no seminário: “Os Camponeses tem Futuro? Uma Homenagem a Alexander Chayanov”, mimeo.).

²² CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. p. 135. (Colección Teoría e Investigación en Ciências Sociales).

consumo. Assim, ao longo do tempo, a família sofre transformações, aumenta ou diminui o seu tamanho. O volume da produção, a quantidade de terra trabalhada estarão ligados às necessidades de consumo.

Desta forma, as dimensões da exploração, a utilização de uma quantidade maior ou menor de terra estarão também determinados pelas avaliações subjetivas efetuadas pela família camponesa, procurando o equilíbrio entre as necessidades de consumo e o grau de penosidade do trabalho.

... a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal que, em geral, trabalha; amplia-se com crianças pequenas que ajudam mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida²³.

São essas variações que a família sofre, e que explicam a magnitude da produção em cada momento considerado, melhor traduzidas, portanto, em uma diferenciação demográfica. As unidades maiores estarão sob o comando de grandes famílias, com maior disponibilidade de mão-de-obra e vice-versa.

Chamaram diferenciação demográfica a este processo, pondo assim em relevo que a causa principal das diferenças no tamanho da unidade de exploração é o processo demográfico do tamanho da família que se vai produzindo com o aumento da idade desta e não os fatores sociais que fazem com que as unidades econômicas camponesas se convertam em capitalistas e proletárias como supúnhamos originalmente²⁴.

Isso não exclui um processo de decomposição e de proletarização em curso, deste camponato, o qual pode ser atenuado ou acelerado em decorrência, principalmente, de fatores externos à unidade de produção, caracterizando, de fato, uma diferenciação social.

²³ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *op. cit.* p. 6.

²⁴ CHAYANOV, Alexander V. *op. cit.* p. 301.

Há de se levar em conta, entretanto, a persistência da unidade da base familiar e procurar a compreensão dos mecanismos que explicam a sua reprodução.

A primeira consideração a ser feita é que ocorre uma subordinação desta economia camponesa ao capital, diferente da que vincula o trabalhador assalariado ao capital.

O agente da economia camponesa é um produtor familiar que tem o acesso à terra, organiza e dirige a produção e, nesse sentido, ele é produtor autônomo. Ocorre que como produtor ele está inserido em um sistema mais amplo de produção. Estabelece-se uma relação entre o “nível interno” da unidade produtiva e o “externo” da acumulação capitalista.

Esta relação tem uma dupla face. Por um lado ela se traduz no fato de que os mesmos elementos que fundamentam a autonomia camponesa servem de base a sua subordinação ao capital. Por outro lado, no entanto, ela não anula, antes reforça, redefinindo, as características do produtor camponês, permitindo, desse modo, que ele possa criar um espaço onde desenvolve uma autonomia relativa²⁵.

O processo de subordinação deve ser buscado na vinculação desta economia camponesa ao sistema mais amplo, em que predominam as relações capitalistas e em que a agricultura não constitui um setor isolado mas está integrado ao processo de acumulação de capital. A produção agrícola de unidades familiares camponesas também está vinculada a esta reprodução. Para que a agricultura ingresse no sistema capitalista geral, não é necessária a criação de unidades capitalistas no campo, funcionando a partir da utilização de mão-de-obra assalariada. O capitalismo pode progredir no campo, mesmo nos locais predominantes da pequena produção de base familiar. Ocorre uma vinculação destas unidades camponesas dispersas, ao sistema mais amplo, através de um processo de concentração vertical, através do qual o capital subordina esta economia camponesa que passa a lhe servir de base, geralmente na forma de capital comercial.

²⁵ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *op. cit.* p. 11.

Os vínculos comerciais que convertem a exploração familiar natural ilhada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre as primeiras maneiras de organizar as unidades econômicas camponesas dispersas e de abrir as primeiras vias de penetração às relações capitalistas no campo²⁶.

Esta economia camponesa se reproduz no interior de um determinado modo de produção e se constitui em uma forma de organizar a produção.

... a chamada economia camponesa não constitui propriamente um modo de produção, no sentido forte do termo. Ela é percebida, antes de tudo, como uma forma de organizar a produção que se produz no interior de modos de produção diversos. Sua reprodução social está, assim, intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas tem, sabidamente, um caráter heterogêneo²⁷.

A vinculação das unidades produtivas familiares ao processo mais global de acumulação de capital, configurando uma forma de subordinação não descaracteriza esse campesinato.

... a vigência das leis gerais de reprodução do capital... não anula as especificidades desta. Isto é, mesmo estando integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno...²⁸.

Mesmo estando inserida no processo global de acumulação de capital, a família camponesa se reproduz a partir de suas características. A lógica da produção é explicada pelas avaliações subjetivas que efetua entre as necessidades de consumo e a penosidade do trabalho. As atividades visando à sobrevivência são executadas pela família e coordenadas pelo chefe, o qual distribui as tarefas de acordo com as necessidades. Procura-se o nível mais elevado de bem-estar. O tamanho e a ocupação da família, o número

²⁶ CHAYANOV, Alexander V. *op. cit.* p. 306.

²⁷ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *op. cit.* p. 10.

²⁸ *Id. ibid.*, p. 12.

de membros em idade de trabalhar e o grau de esforço e de auto-exploração irão interferir na magnitude da produção.

A família cria as condições para continuar se reproduzindo e, enquanto consegue sobreviver como unidade camponesa, permanecer inserida no sistema mais amplo. Segundo Nazareth Wanderley, "...os mesmos elementos que fundamentam a autonomia camponesa servem de base a sua subordinação ao capital."²⁹

Esta economia camponesa pressupõe, como um dos elementos fundamentais de sua produção, o acesso à terra. É nesse sentido que a luta pela terra assume proporções de grande significação para o conjunto deste campesinato. A falta de terra significa a impossibilidade de estruturação de todas as relações, que atribuem significados a esta economia camponesa e representa ainda uma ameaça para sua continuidade.

4. A propriedade de base familiar: Não necessariamente camponesa

Uma importante questão que se coloca, hoje, para a compreensão do setor agrário é se as unidades de base familiar podem ser consideradas como camponesas. Contribuições importantes foram acrescentadas ao tema, na obra de Ricardo Abramovay.³⁰

O estudo constatou que as unidades familiares integram a estrutura social de países capitalistas avançados, exercendo papel fundamental na prosperidade que marca a produção de fibras e alimentos daqueles países. Ao mesmo tempo que reconhece a natureza empresarial de estabelecimentos agrícolas, sua capacidade de inovação técnica e inserção no mercado, Abramovay percebe a sua convivência com a unidade familiar.

O que é paradoxal é justamente o caráter familiar não só da propriedade mas da direção, da organização e da execução do trabalho nestas empresas e portanto as razões pelas quais a agricultura contemporânea dos países centrais se desenvolveu neste quadro social³¹.

²⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *op. cit.* p. 11.

³⁰ ABRAMOVAY, R. *op. cit.*

³¹ ABRAMOVAY, R. *op. cit.* p. 19.

Outra importante constatação é que se a presença das unidades familiares tem peso significativo no mundo contemporâneo, análises desses segmentos mostram que não se constituem, necessariamente, em propriedades camponesas.

Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode, nem de longe, ser caracterizada como camponesa.

O argumento de Abramovay assenta-se na análise das características do campesinato e do que poderíamos denominar sua racionalidade econômica. A relação do campesinato com a sociedade mais ampla seria parcial, o que implica na possibilidade de estruturar a vida em torno de regras e normas específicas. A racionalidade econômica desse campesinato é incompleta porque

... seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida... Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo, mais do que um tipo econômico, o camponês representa um meio de vida...³²

A inserção parcial do campesinato na sociedade mais ampla remete a uma integração a mercados incompletos. A reprodução do campesinato a partir de uma inserção parcial no mercado implica em vínculos específicos com a sociedade mais ampla. O relacionamento vertical entre os camponeses e a sociedade ocorre a partir da intermediação do proprietário fundiário, do comerciante, do financista, do padre etc. Ao mesmo tempo em que esses elementos a exploram, propiciam a sua continuidade. Esses agentes desempenham uma função protetora, normalmente assegurada pelo código de normas partilhado comunitariamente, que garante a coesão da sociedade.

Os vínculos entre esses agentes e o campesinato perpassam a relação

³² ABRAMOVAY, R. *op. cit.* p. 101.

econômica que as unidades mantêm com a sociedade como um todo, assegurando laços econômicos particulares e reciprocidade e personalização das atividades.

O termo “alternatividade”, utilizado por Heredia e Garcia Júnior³³, refere-se ao “cálculo camponês” que consiste em dar preferência ao trabalho com produtos que possam servir ao mesmo tempo ao autoconsumo e ao mercado. A eventual inexistência de compradores para o produto não implica em perda do mesmo já que pode ser guardado para um consumo futuro.

Encontram-se presentes, nas sociedades camponesas, os monopólios de compra e de venda dos produtos. Comerciantes mais poderosos atuam nessa intermediação, através de seus prepostos que são os donos de pequenas vendas, armazéns, os marreteiros etc, os quais atuam em um claro esquema de patronagem.

Pode-se considerar a atuação de agentes econômicos que tem influência na formação de preços, compondo a constituição dos mercados incompletos. Formam-se verdadeiras cadeias de patronagem, clientelismo e dependência, nas quais as unidades camponesas se apóiam.

Abramovay, baseando-se em Frank Ellis, aponta cinco pontos que caracterizam essa inserção parcial do campesinato em mercados incompletos.

1. O mercado de capitais e crédito é fragmentado ou inexistente.
2. Não é num quadro competitivo que os camponeses tem acesso a insumos de origem industrial necessários a sua produção. Mais que isso, a obtenção de insumos passa pelos mesmos canais comerciais dos quais depende seu abastecimento em gêneros de primeira necessidade.
3. As informações sobre a situação do mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais.
4. Os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local.
5. As dificuldades de transporte e comunicação reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses.³⁴

³³ HEREDIA, Beatriz. *A Morada da Vida*. Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 e GARCIA JÚNIOR, A. R. *Terra de Trabalho*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

³⁴ ABRAMOVAY. *op. cit.* p. 118/119.

A concepção de Abramovay, acerca do campesinato, recupera a noção presente nas teses marxistas de incompatibilidade entre capitalismo e campesinato. O desenvolvimento de relações especificamente capitalistas subverteria as condições, nas quais o campesinato pode sobreviver. “O mercado acaba por substituir o código que orienta a vida camponesa e por aí solapa suas possibilidades de reprodução social.”³⁵

No mesmo sentido, todo o trabalho de Kautsky aponta para um processo de dominação do rural pelo urbano, compreendido como espaço de reprodução de atividades industriais. O processo denominado de industrialização da agricultura acaba por subjugar o campo. A sobrevivência das unidades camponesas se prenderia a sua função de reprodutora de força de trabalho para as grandes propriedades as quais têm maiores possibilidades de se industrializarem.

5. Novos agentes no mundo rural

A presença da família nas funções de direção, organização e execução do trabalho desenvolvido nas propriedades rurais não assegura o caráter camponês dessa produção. O principal argumento em que se baseia esta tese é que a inserção do campesinato na economia mais ampla é parcial, ajudando a estruturar cadeias que compõem mercados incompletos. Ora, as unidades familiares que se desenvolveram, sobretudo após a II Guerra Mundial, relacionam-se fortemente com o mercado, apresentando grande capacidade de dinamismo e capacidade de inovação técnica. A partir desta constatação, Abramovay assegura:

... a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato em alguns casos existente...³⁶

Ressurge a indagação sobre a permanência das unidades de base familiar. Sua inserção no mercado sugere uma superação das “comunidades camponesas”. A nova realidade não comporta mais um relativo

³⁵ ABRAMOVAY, R. *op. cit.* p. 105.

³⁶ ABRAMOVAY, R. *op. cit.* p. 21.

distanciamento, o qual assegurava características peculiares traduzidas em uma autonomia advinda de uma produção voltada para a subsistência e assentada na reciprocidade.

Estabelecimentos familiares, hoje, podem adquirir uma dimensão econômica importante, enquanto asseguram a base da prosperidade agropecuária de diferentes nações.

Uma importante constatação acerca da viabilidade desses estabelecimentos refere-se a uma nova incorporação ao mercado. O Estado aparece como elemento intermediador entre as unidades familiares e a economia mais ampla. Nesse sentido, a estrutura pulverizada das unidades produtivas é superada por uma ação intencional do Estado que atua através das políticas estabelecidas para o setor.

A ação do Estado e das políticas públicas sobre a agricultura é muito significativa, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, interferindo no patamar técnico, na base fundiária, no mercado e na renda. O Estado responde pela base social da agricultura.

Claude Servolin, em obra que trata das políticas públicas,³⁷ considera que a agricultura moderna é uma criação do Estado. Para referir-se à agricultura familiar utiliza a expressão “criatura do Estado e de sua política agrícola”. Nessa ótica, o Estado contemporâneo teria importante participação na reprodução social da agricultura.

O meio rural passa a ser tratado como exceção, não dependendo apenas da eficiência do mercado na alocação racional dos fatores econômicos. Mais e mais o comando dessa agricultura de base familiar deixa de ser uma atribuição da família para se localizar na esfera pública.

6. Conclusão

Constatamos que a proximidade com o mercado elimina os traços mais característicos das comunidades camponesas. As populações rurais mais e mais se afastam de um *ethos* camponês, marcado pela tradição, solidariedade e pelas relações de parentesco, compadrio e vizinhança. O desempenho de atividades tradicionais perde, gradativamente, a importância. A própria família sofre transformações e se assemelha mais e mais às famílias

³⁷ SERVOLIN, Claude. *L'Agriculture Moderne*. Paris: Seuil, 1989.

urbanas. As redefinições dessa unidade produtiva e sua inserção no mercado questionam a noção de solidariedade intrafamiliar.

Este trabalho fornece alguns elementos para se pensar acerca da possibilidade de existência de algum ponto de convergência entre as unidades camponesas e as unidades familiares que proliferam atualmente.

Análises efetuadas acerca das unidades camponesas remetem a uma caracterização que permite uma apropriação do objeto. Não se pode afirmar o mesmo acerca das unidades familiares de hoje.

A negação na possibilidade de utilizar-se do conceito de campesinato para a compreensão das unidades agrárias atuais dificulta e esvazia até mesmo a possibilidade de construção desse objeto.

A lógica da reprodução do campesinato ultrapassa a questão eminentemente econômica e se vincula a uma dimensão humana. Relações não necessariamente econômicas servem como suporte ao processo de reprodução das unidades camponesas.

As unidades familiares que proliferam hoje integram-se completamente aos mercados, estando ligada a ele, a sua dinâmica. Nesse sentido, diferem da produção camponesa as quais, apenas residualmente, permanecem no cenário rural.

A questão que se coloca é se haveriam traços coincidentes entre essas unidades. Um importante elemento a ser considerado é que as unidades familiares da atualidade ainda permanecem com a família no comando e na execução das atividades que desenvolvem. Nesse sentido, as principais indagações acerca da sua inserção em um sistema mais amplo de produção, ainda permanecem.

Como definir economicamente a forma de rendimentos que lhe corresponde? Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver de renda da terra é, então, um proprietário fundiário³⁸.

Enquanto unidades de base familiar, estas indagações continuam pertinentes.

³⁸ ABRAMOVAY, R. *op. cit.* p. 35.

As duas únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos da organização da socialidade contemporânea são a burguesia e o proletariado. Somente elas são, nesse sentido, classes e possuem a universalidade teórica de conceitos, de elementos que se ligam necessariamente ao conjunto do sistema teórico construído³⁹.

Recoloca-se a questão de que somente emergem como categorias necessárias na construção do capitalismo as duas classes fundamentais. Nesse sentido, há uma convergência na consideração de que o desenvolvimento e aprofundamento das relações capitalistas acabam por eliminar as condições de reprodução camponesa. Mas, desde que consideremos que as unidades familiares atuais não se constituem em categorias necessárias do capitalismo, está dada a possibilidade da sua superação à medida que as relações capitalistas proliferem, alcançando todas as instâncias do social.

Sobre essa questão, considero que a sobrevivência do campesinato tem como pressuposto básico a sua inserção parcial no mercado enquanto que as unidades familiares contemporâneas dependem mais e mais da intermediação do Estado.

Isso nos remete à consideração de que, como tendência, a proliferação de relações capitalistas, a eliminação dos mercados imperfeitos tendem a superar tanto as unidades camponesas como as unidades familiares contemporâneas.

Nos dois casos, uma intermediação entre esse setor familiar de produção e o mercado plenamente constituído torna-se o elemento básico de sobrevivência. No que concerne às unidades camponesas, a intermediação é dada pela inserção parcial no mercado, espaço que garante a ação de agentes que compartilham um código de condutas comum, partilhado comunitariamente. No caso das unidades familiares contemporâneas, a intermediação traduz-se na ação consciente e intencional do Estado, através do estabelecimento de políticas públicas que funcionam como viabilizadoras dessas unidades de produção. A ação do Estado faz superar o aspecto atomizado da produção de base familiar e assegura um caráter homogêneo

³⁹ *Idem*, p. 36.

de produção que auxilia sua inserção no mercado, concorrendo com grupos e empresas capitalizadas.

Nesse sentido, é possível pensar uma aproximação entre a lógica da reprodução camponesa e a das unidades de base familiar contemporâneas. Em ambos os casos, a vinculação com o sistema através de uma intermediação pode acenar para a sobrevivência de uma racionalidade não eminentemente econômica, com a permanência de características próprias, não necessariamente encontradas nos setores guiados unicamente pela ótica da reprodução do capital.

A possibilidade de exercer pressões sobre o Estado, de se mobilizar com o objetivo de subverter uma lógica eminentemente econômica pode aproximar as unidades familiares atuais das camponesas, no sentido da manutenção de um *ethos* rural, marcado por valores próprios. Considero que a mobilização política de lavradores que, em atos de protestos ou através de processos de mobilizações, procuram influenciar no estabelecimento das políticas públicas para o setor pode assegurar um tipo de reprodução na qual a lógica econômica não é a única que permeia a construção do social.

No Brasil, as lutas pela implantação e pela viabilização da Reforma Agrária, no sentido de forçar o poder central a exercer esse papel de mediador, exemplificariam essa possibilidade de constituição de comunidades rurais assentadas em uma lógica própria.

UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO: UMA INDAGAÇÃO TEÓRICA

Resumo: O presente texto procura responder a uma indagação teórica acerca das unidades rurais de base familiar. Propõe-se a verificar as bases da construção do conceito de campesinato, enquanto categoria analítica, procurando evidenciar as características que singularizam esse tipo de produção.

Mostra a forma de inclusão do campesinato na sociedade mais ampla, recuperando a proposta de inserção parcial em mercados incompletos, tal como demonstra Ricardo Abromovay.

Constata a inadequação do conceito de camponês para a compreensão da totalidade dos agentes em questão, procurando mostrar que se toda unidade camponesa é de base familiar a recíproca não é verdadeira. O campo

apresenta, hoje, uma diversidade de situações que somente podem ser homogeneizadas a partir da presença predominante da família, no exercício das tarefas e na coordenação das atividades.

Ao ressaltar a constatação de que a ação do Estado permeia as atividades desta forma de produção, o texto procura mostrar a importância do estabelecimento de políticas públicas para o processo de reprodução desse segmento social.

Unitermos: Camponês/Agricultura/Unidades Familiares de Produção.

FAMILY PRODUCTION UNITS: A QUESTION REMARK

Abstract: This text aims to answer a theoretical question about the rural units of family base.

It intends to verify the origin of the concept of peasantry as a category, trying to clarify the characteristics of this type of production.

It shows how the peasants were put in a broader society, recovering Ricardo Abramovoy's ideas of partial insertion in incomplete markets.

The text demonstrates that the peasantry concept is inadequate to explain the whole amount of elements involved. It shows that the base of the peasant unit is the family, but it doesn't work in the other way around. The rural environment shows, nowadays, a whole diversity of situations that can only be standardized by the means of having the family in the coordination of its activities.

It emphasizes that the state is involved in the activities of this means of production. And the text also demonstrates how it is important to establish public policies for the progress of the reproduction of this social segment.

Key words: Peasant/Agriculture/Family Production Unit.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992. (Série Estudos Rurais).

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. *Unidades familiares de produção: uma indagação teórica*. Boletim Goiano de Geografia. 22(2): 93-122. jul./dez. 2002.

CAUME, David José. *A Agricultura familiar no estado de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. (Coleção Quiron).

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *La organización de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. (Colección Teoría e Investigación en Ciências Sociales).

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na Região Sul do Brasil*. Brasília, IPEA (Projeto Avaliação Sócio-Econômica da Previdência Social Rural), 2000. mimeo.

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*, agosto de 1996.

GARCIA JÚNIOR, A. R., *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*. Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert S.A., 1968.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro 1, Volume 3, 1970 e Livro 3, Volume 6.

_____. *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SERVOLIN, Claude. *L'Agriculture Moderne*. Paris: Seuil, 1989.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSS, Mauro E. *O Novo Rural Brasileiro: uma atualização para 1992-98*. Texto preparado para o III Encontro de Jovens Agricultores Cooperativista a Caminho da Sustentabilidade – III EJACC. p. 1-13.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, *Trajatória social e projeto de autonomia: Os produtores familiares de algodão na Região de Campinas, São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (Cadernos IFCH – UNICAMP, 19).*

_____. *Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. (Texto apresentado no seminário: “Os Camponeses tem Futuro? Uma Homenagem a Alexander Chayanov”, mimeo.).

Recebido em: 29.04.2002

Aceito em: 09.09.2002